

## Coluna do Castello

## O mandato com a Constituinte

O sr. Ulysses Guimarães está sendo compelido a convocar uma convenção nacional do PMDB para examinar a duração do mandato do presidente e, entre outros temas, fazer sua opção por sistema de governo, se presidencialismo, se parlamentarismo, se uma das combinações mais ou menos corrosivas que estão em cogitação. A prudência do presidente da Constituinte foi levada de roldão pela pressão das bases parlamentares aparentemente empenhadas em tornar ostensiva uma tendência do partido em favor do mandato de quatro anos e de alguma fórmula de regime de gabinete.



Parece claro, no entanto, que o presidente do PMDB não operava apenas para atender o presidente José Sarney e diluir a restrição partidária à sua decisão de permanecer no governo até 1990. O sr. Ulysses Guimarães deve ter avaliação própria do quadro político e estará convencido de que o mandato de cinco anos, o presidencialismo ou um tipo de parlamentarismo que preserve os militares dos azares do jogo político são fatores de estabilização do processo até que se complete a democratização do país. Ele deve ter trocado figurinhas com o chefe do governo e chegado a conclusões comuns sobre a maneira mais conveniente de conduzir a situação.

O presidente da República, a esta altura, deve estar no entanto menos seguro de que o PMDB (embora não dependa só do PMDB) lhe dará os votos necessários para sustentar sua decisão, a qual depende exclusivamente do apoio da Assembleia Constituinte. Desde que ele abandonou a fidelidade ao sistema constitucional vigente, que lhe atribuiu um mandato de seis anos, caiu irremediavelmente no âmbito dos constituintes. Entre os poderes da Presidência não figura o de definir duração de mandato presidencial. Se o sr. Sarney o fez, é que, embora pensando numa conciliação, abdicou da sua pretensão de manter-se no poder amparado pela lealdade expirante. Não sendo da sua alçada fixar mandatos e tendo ele abdicado do escudo constitucional, só lhe resta esperar o desfecho da votação na Constituinte, a ele submetendo-se.

Os militares não exercem qualquer pressão visível que induza ao temor de reações heterodoxas nessa área, mas não é segredo que os chefes das Forças Armadas consideram fator de estabilidade o mandato de cinco anos pela confiança na ação política do presidente e na sua capacidade de conduzir sem choques o desfecho da transição. Eles também temem a experiência parlamentarista, sobretudo a inclusão das pastas militares na gangorra das votações parlamentares ou a tentativa de superar o problema mediante a criação do Ministério da Defesa, inexplicavelmente um tabu que sequer o presidente Castello Branco pôde eliminar. Na Argentina, o Ministério da Defesa não afeta a autonomia e o desembaraço dos chefes militares nas suas incursões políticas.

O mandato de quatro anos, no entanto, não deve ser um imperativo categórico do pensamento militar. Será no máximo uma opção, mas se a Constituinte votar pelo mandato de quatro anos isso não será começo de uma tragédia nacional, contanto que sejam preservados outros itens da política de transição tal como a encaram os chefes das Forças Armadas. O mandato do presidente está pendente da votação da Constituinte e sua durabilidade, maior ou menor, relaciona-se com seu poder de aliciamiento das bancadas parlamentares e de uma certa cobertura de opinião pública, que, neste momento, se esgarça ao máximo. A soberania prevaleceu.

A projeção da crise econômica sobre o quadro político não favorece no momento as aspirações presidenciais, antes pelo contrário. Embora o sr. Sarney continue confiante na possibilidade de seu governo enquadrar os parâmetros de uma economia que não transmitem sensação de segurança, sua convicção não é ainda compartilhada pela opinião pública para a qual são mais visíveis os fatores de descontrole do que os de controle. Há também a convicção de que o sr. Bresser Pereira não fará transações de emergência para se manter na pasta. Ele deverá agir de acordo com suas convicções e não de acordo com as conveniências da situação. O presidente já não poderá substituí-lo por uma espécie de Nei Galvão e ele parece ser a alternativa final das opções ao seu alcance.

## Uma epígrafe para o presidente

O primeiro ministro espanhol, sr. Felipe Gonzalez, estará esta noite na TV Manchete falando ao deputado Roberto d'Avila. Domingo chegará ao Rio. Na entrevista, o deputado perguntou-lhe se, depois de cinco anos de governo, não se sentia desgastado. Gonzalez respondeu: "O poder na verdade desgasta. Ficar fora do poder, porém, desgasta mais".

## Saúde mental no Riacho Fundo

O governador José Aparecido instalou na Granja do Riacho Fundo um Instituto de Saúde Mental, único no gênero entre nós. Lá os doentes passarão o dia em ambiente natural e desfrutando a área de lazer antes reservada aos presidentes militares. À noite, os doentes voltam para suas casas. Essa terapia é tão pioneira quanto esse tipo de extinção de mordomias.

Carlos Castello Branco

## UDR mobiliza 1.500 para fazer "lobby"

BRASÍLIA — Discretos e sem maiores alardes, 1.500 empresários rurais mobilizados pela UDR em 17 estados estão visitando desde ontem os constituintes, principalmente os 63 integrantes da Comissão da Ordem Econômica, que, como as demais sete comissões, começam a discutir hoje o parecer do seu relator, senador Severo Gomes (PMDB-SP). Os militantes da UDR têm três objetivos: garantir a livre empresa diante do intervencionismo estatal, impedir a fixação de um tamanho máximo para a propriedade rural e dificultar a reforma urbana.

Não estarão sozinhos. Durante toda a semana, dirigentes do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), Brascan e Parapanapanema também se dedicaram a procurar os parlamentares da Comissão da Ordem Econômica. Querem derubar a proibição da transferência de terras com jazidas minerais para estrangeiros e a criação do Fundo de Exaustão, que os obrigará a indenizar os municípios onde se esgotarem as minas que exploram.

**Empresa nacional** — Se a Fiesp continua contra a volta da estabilidade no emprego e a reserva de mercado para a informática, a CNI já chegou a um acordo com Severo, que teve o aval do deputado Hélio Duque (PR), da esquerda do PMDB. Pelo acordo, empresa nacional será a que estiver instalada no país, com capital majoritariamente nacional e direção de brasileiros.

No entanto, os lobbies que desaguarão suas pressões sobre a Constituinte a partir de hoje não são apenas empresariais. Também o governo pressiona e negocia. Assim, a Eletrobrás e a Nuclebrás estão vigorosamente contra o dispositivo previsto na Comissão da Ordem Social que condiciona a construção de usinas nucleares ou instalações poluentes à realização de plebiscito nas regiões escolhidas sua localização.

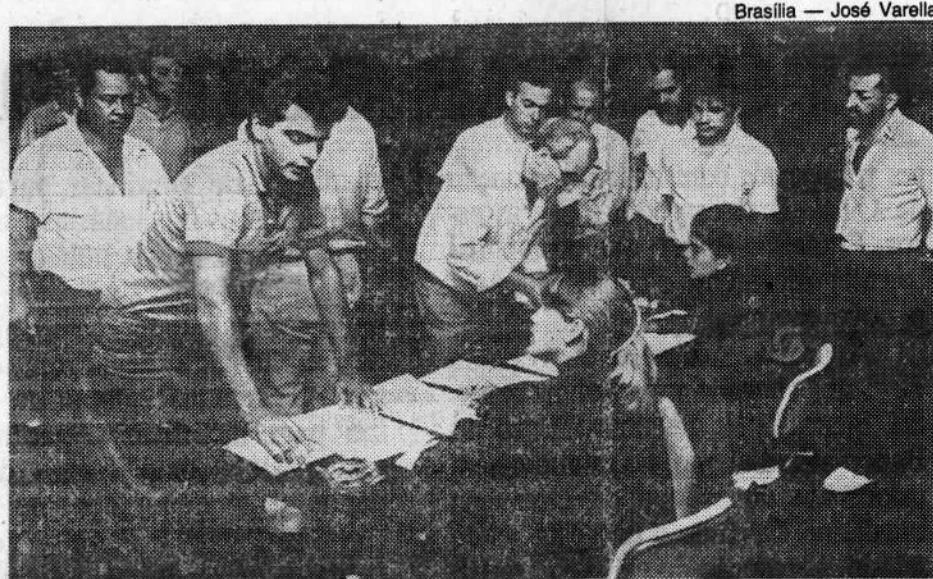
O Banco do Brasil quer retomar a proposta que proíbe os bancos estrangeiros de receber depósitos no país. As Forças Armadas estão

contra a concessão de anistia ampla a todos os punidos desde a Intentona Comunista de 1935. O Ministério da Previdência Social não aceita a transferência do Inamps para a área da Saúde e quer manter o controle do Fundo Geral de Seguridade aprovado na Comissão da Organização Social.

Por outro lado, o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, montava de manhã a "Frente do Sul", com os governadores de Santa Catarina e Paraná, contra a mudança no Fundo de Participação dos Estados e Municípios, que excluiria os estados mais ricos do país. Em reunião com toda a bancada gaúcha, Simon ouviu o deputado Lélcio de Souza (PMDB-RS) dizer que essa exclusão ameaçaria "a Federação e a democracia no país".

**Prorrogação** — Para fechar o cerco do governo à Constituinte, o deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) anunciou que estará apoiado hoje por pelo menos cem prefeitos para defender a prorrogação dos mandatos municipais por mais dois anos na Comissão da Organização Eleitoral. Segundo ele, a realização de eleições municipais em 1988 vai prejudicar o trabalho de votação de leis complementares no Congresso Nacional e a adaptação das constituições estaduais.

Depois de uma reunião no gabinete do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, o relator da Comissão da Família e Educação, deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), anunciou um acordo iminente em duas questões cruciais. As escolas públicas continuariam tendo prioridade no recebimento de verbas públicas, mas seria aberta uma exceção para as escolas religiosas — uma concessão às pressões da CNBB. E o Conselho de Comunicação teria o poder de conceder a instalação de emissoras de rádio e televisão, minimizando-se os casos em que essas concessões seriam cassadas. Restava a resolver a questão da reserva de mercado.



Shirley e Marisa (D) receberem em nome da UDR no Hotel Aracoara

## Batalha da galeria começa hoje

BRASÍLIA — A batalha na Comissão da Ordem Econômica começa hoje nas galerias da Câmara dos Deputados e termina no plenário. Os militantes da UDR deverão repetir a tática que utilizaram quando da votação na Subcomissão da Reforma Agrária: chegar bem cedo e ocupar todas as vagas. Será uma guerra por 900 cadeiras entre 1 mil 500 empresários rurais e 1 mil 200 trabalhadores rurais mobilizados pela Contag.

Jantando quarta-feira à noite no Eron Palace Hotel, onde se instalou a cúpula da UDR, o presidente nacional em exercício, Roosevelt Roque dos Santos, dizia já ter praticamente garantida a maioria dos 63 votos na Comissão da Ordem Econômica. "Só não temos certeza de cinco ou seis votos".

A instrução que deu para seu pessoal: "Não cair nas provocações da Contag e da esquerda

nem aplaudir quem defender nossas posições e vaiar quem se opuser a elas". Em cada hotel de Brasília, há receptionistas contratadas pela entidade para orientar os que chegam.

Roosevelt nega que seja contra a reforma agrária, que em sua opinião deve começar pelas terras improdutivas e do governo. Não aceita ser colocado na direita e se recusa até a pensar na volta dos militares ao poder, no Brasil. "Saio do país", diz.

Quando a Subcomissão da Reforma Agrária votou, há 21 dias, o parecer do relator Oswaldo Lima Filho, os militantes da UDR chegaram às seis da manhã ao Congresso. O pessoal da Contag chegou às nove, ficou no fim da fila e acabou debandando. Nesse dia, a UDR mobilizou sua bancada para garantir que os suplentes que assumissem as vagas de titulares ausentes lhes fossem fiéis.

## Contag, CUT e CGT levam milhares

BRASÍLIA — Geralmente acanhado na conversa de gabinete e atrapalhado no trabalho de bastidor, o homem do povo testa a partir de hoje na Constituinte, o instrumento em que se acredita eficiente: a pressão de massa. Cerca de 4 mil cidadãos deverão disputar espaço nas galerias das oito comissões para defender as bandeiras populares durante as sessões de votação, que se estendem até domingo.

Os maiores embates vão ocorrer entre os trabalhadores sem terra e os fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista - UDR; entre católicos e evangélicos ortodoxos e minorias que buscam espaço na moral dominante, como é o caso dos homossexuais; entre o trabalhador urbano e o capitalista-industrial, entre os índios e os aventureiros que exploram suas terras. O palco serão as galerias — expressão que denomina tanto o balcão do plenário da Câmara, com capacidade para 900 pessoas, como o estreito tablado de 20 cadeiras existente nas salas das comissões regulares da Câmara e do Senado.

**Mobilização** — Entre as oito comissões, três prometem um afluxo maior de representações dos setores populares as Comissões da Ordem Econômica, Ordem Social e Soberania, Direito e Garantias do Homem e da Mulher. A Comissão da Ordem Econômica, que se reúne na plenária da Câmara Federal, e tem em sua pauta de trabalho questões como a reforma agrária, a definição do acesso aos minerais e a dissociação da aviação civil do Ministério da Aeronáutica, deve conviver com várias faixas de manifestações em suas galerias.

No momento da votação estarão mobilizados 1 mil 200 trabalhadores sem terra arrematados pela Contag — Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, associados a alguns segmentos de trabalhadores urbanos mobilizados pelas centrais sindicais, contra um

grupo de grandes fazendeiros, agrupados pela UDR-União Democrática Ruralista e pela TFP — Tradição Família e Propriedade.

**Caravanas** — Os contingentes da CUT e da CGT, por sua vez, começam a chegar hoje em Brasília. Além da Ordem Econômica, seus membros estarão acompanhando também os trabalhos da Ordem Social, que trata do direito dos trabalhadores. A CGT pretende trazer mil trabalhadores a Brasília, enquanto a CUT comparecerá com um número menor, proveniente quase exclusivamente do Estado de Goiás e de Brasília.

A definição quanto ao acesso aos minerais trará para as galerias em torno de mil garimpeiros, arrematados em Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará, pelos sindicatos locais. Eles chegam hoje em vários ônibus e serão hospedados, uma parte em dependências do projeto Rondônia e outra parte por empresários de garimpo residentes em Brasília. A questão mineral atrairá também representações indígenas, que querem sua terra protegida contra o avanço de garimpeiros e mineradoras.

**Direitos** — A Comissão de Ordem Social entusiasma a representação popular nas questões relativas a direitos dos trabalhadores e das minorias. É para esta comissão que se dirige o maior peso dos contingentes de trabalhadores atraídos à capital pela CUT e pela CGT. Ali estarão presentes, também 300 empregadas domésticas, mobilizadas principalmente em Brasília e Recife e quase 500 negros de movimentos organizados do Rio de Janeiro, Uberlândia, Salvador, Macaé e Brasília.

Outro palco de conflitos é a Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher. Ali se baterão os católicos e evangélicos ortodoxos, numa delegação que soma quase mil pessoas, lutando contra a instituição do aborto, a tolerância com a constituição formal da família as mulheres, em número ainda indefinido e um grupo de cinco ou seis homossexuais.



A Contag já reuniu 1.200 para pressionar pela reforma agrária

## Pressão vai até aos gabinetes

BRASÍLIA — Os dois últimos dias ensinaram aos constituintes que não há como fugir à pressão popular, que toma conta do Congresso à espera de que se iniciem as sessões de votação das comissões temáticas. E o jeito é ser autêntico, contra ou a favor do que reivindicam as entidades populares. O deputado Humberto Souto (PFL-MG), por exemplo, ao ser abordado ontem em seu gabinete por um grupo de trabalhadores sem-terra, declarou que não se incomodava inclusive em ser inscrito entre os "inimigos do povo".

Fazendeiro conservador, eleito com o apoio da UDR, Souto se declarou inimigo da reforma agrária "que está aí" perante trabalhadores sem-terra mobilizados pela seção mineira da Contag - Confederação dos Trabalhadores de Agricultura — de Minas Gerais. Amea-

çado por André Montalvão, diretor da Contag, de ter seu nome classificado junto a suas bases, em Montes Claros, como "inimigo do povo", disse que não se importava, por não ter sido eleito pelo voto de trabalhadores rurais.

Comportamento diverso tomou outro deputado fazendeiro, também suspeito de ligações com a UDR, segundo parlamentares do Pará. Trata-se do constituinte Fausto Fernandes (PMDB-PA), que, ao ser visitado em seu gabinete quarta-feira passada por agricultores ligados à Contag do Pará, preferiu safar-se da pressão com um discurso amigável e caprichoso. "Eu, como vocês, sou trabalhador rural. Se tenho hoje fazendas, é porque lutei muito. Contem comigo na ordem, na paz e na harmonia. Estou do vosso lado", afirmou. Ninguém aplaudiu.

## Covas admite divisão do PMDB

BRASÍLIA — Depois de admitir que as facções conservadoras do PMDB, agora sob comando dos deputados Ulysses Guimarães e Carlos Sant'Anna e aliadas ao PFL e a setores do PTB e do PL, sairão vencedoras nas votações deste final de semana, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, decidiu que irá a cada um dos governadores do partido. Vai fazer um relato sobre os trabalhos da Constituinte e expor seus temores sobre a reação da sociedade diante de uma "Constituição frustrante".

Com isso, amplia-se o movimento em direção às bases que Covas iniciou e pretende intensificar na semana que vem, caso se confirme a vitória da facção Ulysses-Sant'Anna. O líder revelou sua intenção ao vice-governador de Pernambuco, Carlos Wilson, com quem acertou para breve, em Recife, um encontro com o governador Miguel Arraes.

**Denúncia** — Assessores disseram que Covas está disposto a denunciar publicamente os pemedebistas que votarem contra questões programáticas, como a reforma agrária, ensino público e reserva de mercado. Ao ocupar a tribuna ontem para solidarizar-se com os pemedebistas do Pará pelo assassinato do suplente de deputado Paulo Fonteles, o líder advertiu: "Na votação que se inicia amanhã (hoje) há de se definir quem está contrário, e se seremos capazes de ir ao encontro dos anseios dos milhares de desertados."

**Reforma** — Com os olhos voltados

para o líder do PFL, deputado José Lourenço, sentado em plenário, Covas disse que o que se busca "não é uma reforma socialista, é apenas uma reforma capitalista". Citou como exemplo a reforma agrária: "Não se quer socializar o campo, apenas dar um quinhão de terra aos que nada têm".

Um dos vice-líderes do PMDB, deputado Antônio Brito (RS) reconheceu: "Ninguém tem, no plenário a maioria de 280 votos. Nós queremos negociar e o senhor Carlos Sant'Anna, não". Iremos para uma radicalização desnecessária".

A facção pemedebista liderada por Covas prepara-se, na prática, para contra-atacar as manobras de isolamento articuladas por Ulysses e Sant'Anna. Mesmo obtidas as assinaturas para a convocação da convenção nacional do partido, está mantida a ideia do encontro nacional das bases pemedebistas. O deputado Roberto Martins (MG) disse que houve uma mudança nas datas e o encontro será nos dias 4 e 5 de julho.

"Que não se enganem. Quando os temas forem às votações finais, em plenário, a pressão da sociedade se fará sentir pelo país afora", comentou Covas com um vice-líder. Na verdade, tais pressões já chegaram ao Congresso. O líder do PMDB continua dando uma média de 45 audiências diárias a setores da sociedade descontentes com os rumos da Constituinte e a atuação do PMDB.

Editorial A Vez da Maioria